



PREVIJUÍ - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ijuí

Rua 14 de Julho, 231 – Sala 01, Ijuí – RS
CNPJ: 04.778.819/0001-35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2024

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ijuí – PREVIJUI criado pela Lei Municipal nº 3.862 de 17 de outubro de 2001 e reestruturado pela Lei 5.436 de 05 de maio de 2011 é uma entidade fundacional com personalidade jurídica de direito público, integrante a administração indireta do Município de Ijuí com autonomia administrativa e financeira, ao qual compete a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, homologação dos benefícios de aposentadoria e pensão, o pagamento e a manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão, observando os critérios nesta Lei, de forma a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, em conformidade com as avaliações atuariais realizadas em cada exercício financeiro.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os princípios da contabilidade, Lei 4.320/1964 em consonância com os padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Anexo 12 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Orçamentário

No exercício de 2024 houve movimentação da previsão inicial do orçamento de R\$ 125.000.000,00 sendo necessários ajustes de suplementação e redução no valor de R\$ 400.000,00 mas, sem alteração no valor inicial previsto. A receita arrecadada apresentou o montante de R\$ 124.947.389,31, um pouco abaixo do valor estimado, e a despesa empenhada no valor de R\$ 76.468.479,69 ficou abaixo da prevista, resultando um *Superávit* orçamentário no valor de R\$ 48.478.909,62 para o exercício.

Do total da receita arrecadada de R\$ 124.947.389,31, R\$ 84.488.325,84 representou a Receita Intraorçamentária, ou seja, valor repassado internamente dos demais órgãos do Município de Ijuí para o Regime Próprio de Previdência, sendo elas as contribuições patronal normal, taxa de administração e suplementar (amortização do passivo atuarial).

Dos empenhos emitidos em 2024 ficaram registrados apenas Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 52.693,02.

Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Financeiro

Findo 2024 do total de ativo financeiro representou R\$ 336.804.945,27. Deste valor R\$ 330.491.024,94 tem por finalidade o pagamento e a manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão e o restante R\$ 6.313.920,33 está depositado em conta bancária distinta para uso nas despesas administrativas do Instituto.

Ainda no ativo financeiro, porém contabilizados no Longo Prazo, R\$ 33.062.191,92 representam aplicação em Títulos Públicos Federais marcados na curva (com vencimentos em 2026 e 2035). Sendo que no exercício de 2023 ocorreu transferência de custódia destes títulos públicos (aquisição em 11/11/2016) da Caixa Econômica Federal para o Banco do Brasil, devido a isenção de cobrança de taxa de custódia por parte deste último, permanecendo apenas a cobrança do custo SELIC. Com a transferência da custódia houve também alteração na forma de precificação destes títulos sendo que passaram a ser Marcados na Curva, não mais à Mercado.

Em relação a contabilidade, com a mudança de precificação dos títulos públicos houve transferência do saldo desses títulos do grupo de contas 1.1.4.4.1.01.01 – Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional do Ativo Circulante para o grupo de contas 1.2.1.3.1.08.01 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro, grupo do Ativo Não Circulante, pois serão mantidos até o vencimento.

Não houve alteração de critério contábil no exercício de 2024 em relação às aplicações diretas em títulos públicos marcados na curva.

O PREVIJUÍ mantém suas aplicações conforme está previsto na sua Política de Investimentos e Resolução Conselho Monetário Nacional. Porém, em 31/12/2024, ainda mantém o valor de R\$ 560.220,68 em Ações Ordinárias e Preferenciais do Bannrisul. Essas ações foram entregues ao PREVIJUÍ na liquidação do Fundo Austro Institucional PIFE em novembro de 2021. Com objetivo de tentar minimizar a perda deste investimento na venda em momento oportuno este ativo permanece em carteira.

Com a alteração de regras do Novo Comprev, houve pagamento em duplicidade (equivocadamente) da competência Janeiro/2019 no valor de R\$ 14.365,42 o qual foi solicitado ressarcimento na Receita Federal e está em andamento através do Processo nº 13062.720065/2020-44, como parecer favorável da Receita Federal para ressarcimento ao RPPS, porém sem movimentação em 2024, ou seja, situação permanece inalterada.

Cabe ressaltar que a STN publicou a 10ª edição do MCASP com alterações na estrutura do Balanço Financeiro para o exercício 2024, entre elas a segregação de receitas e despesas por recursos vinculados ao RPPS, inclusão do grupo “Outras Movimentações Financeiras Recebidas e Concedidas”, bem como, inclusão da linha “Caixa e Equivalente de Caixa RPPS”.

Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Disponível

O saldo financeiro encontra-se depositado em contas bancárias, sendo em 31/12/2024:

Conta Movimento – Taxa de Administração:	R\$ 2.172,79
Aplicação Liquidez Imediata:	R\$ 562.582,33
Taxa de Administração	R\$ 1.628,97
Previdenciária	R\$ 560.953,36
Conta Aplicação:	R\$ 336.240.190,15
Aplicado em Segmento de Renda Fixa	R\$ 328.048.559,21
Aplicado em Segmento de Renda Variável	R\$ 1.321.291,69
Em enquadramento – Ações Banrisul	R\$ 560.220,68
Aplicado em Segmento Renda Fixa – Taxa de Administração ...	R\$ 6.310.118,57
Total	R\$ 336.804.945,27

Créditos a receber

Findo o exercício o Instituto permaneceu com valores a receber no mês subsequente a sua competência, conforme previsto em legislação específica, no valor de R\$ 11.371.552,93, sendo:

- Compensação Financeira Previdenciária - COMPREV - do INSS R\$ 355.434,52 referente a compensação previdenciária competência Novembro e Dezembro/2024; do Estado do Rio Grande do Sul R\$ 3.034,97 e Estado de Santa Catarina R\$ 677,48 competência Dezembro/2024 e dos Municípios R\$ 879,13 (R\$ 83,38 Augusto Pestana R\$ 14,64 Entre – Ijuís, R\$ R\$ 395,58 Sananduva, R\$ 276,11 Santo Augusto, R\$ 45,24 Três de Maio e R\$ 64,18 Três Passos) da competência Novembro e Dezembro/2024;

- Município de Ijuí – Executivo e DEMEI - R\$ 11.436.259,98 referente à contribuição patronal (normal, suplementar e taxa de administração) e do servidor ativo das competências Dezembro de 13º Salário/2024.

Receita Federal – R\$ 14.365,42 referente compensação previdenciária paga em duplicidade, com parecer favorável de devolução da Receita Federal encaminhado ao Departamento de Compensação Previdenciária conforme Ofício nº 655/2021/DEVAT10-VR/RS de 17/12/2021, porem sem movimentação em 2024, ou seja, situação permanece inalterada.

Estoques

O valor em estoque de R\$ 12.590,88 são mensurados pelo preço médio ponderado de compras e refere-se exclusivamente ao almoxarifado de material de consumo, inventariados em 31/12/2024.

Ativo Não Circulante

Em 31/12/2024 os valores das Provisões Matemáticas Previdenciárias foram atualizados conforme informações prestadas pela empresa Flow Consultoria Atuarial responsável pelo cálculo atuarial 2024.

Permanecem registrados no Ativo Não Circulante os títulos públicos que serão mantidos até o vencimento, sendo precificados com a marcação na curva.

Também constam registrados no Ativo Não Circulante os bens patrimoniais do PREVIJUÍ, sendo que em 2024 houve aquisição de três itens de bens móveis permanentes, no valor total de R\$ 32.498,00, sendo eles, incorporado ao patrimônio.

O inventário geral foi realizado em 30/12/2024 e as depreciações mensais executadas conforme padrão adotado, sem alterações.

No exercício de 2024 houve o Processo de Reavaliação Patrimonial 01/2024 sendo que neste momento foram revisados e ajustados, quando necessário, todos os itens patrimoniais no que referente a valor, estado de conservação, localização e valor residual e devidamente ajustados nos sistemas patrimonial e contábil.

Valores a pagar

Dos valores pendentes de pagamento para o exercício seguinte ficaram:

- COMPREV – competência Novembro e Dezembro/2024 no valor de R\$ 43.717,34 ao INSS; competência Dezembro/2024 o valor de R\$ 5.708,07 (R\$ 5.581,56 ao Estado do Rio Grande do Sul e R\$ 126,51 ao Estado do Mato Grosso do Sul) e R\$ 3.267,61 aos Municípios (R\$ 806,38 – Balneário Camboriú, R\$ 1.924,39 – Farroupilha, R\$ 157,55 Gravataí, R\$ 109,65 – Nova Bassano, R\$ 162,46, Porto Alegre e R\$ 107,18 – Santa Maria), com data de vencimento no 5º dia útil do segundo mês de subsequente conforme consta no Ofício Circular SEI nº 4114/2020/ME de 18/11/2020.
- Consignação Banrisul – retenção na folha dezembro/2024 no valor de R\$ 237.984,67 com débito em conta previsto para dia 10 do mês subsequente.
- Consignação Caixa Econômica Federal – retenção na folha dezembro/2024 no valor de R\$ 194.083,64 com débito em conta previsto para dia 10 do mês subsequente.

Passivo Não-Circulante

No Passivo Não Circulante está registrado as Provisões Matemática Previdenciárias Atuariais apuradas anualmente através do Cálculo Atuarial.

O registro contábil das Provisões Matemáticas Previdenciárias com base de dados do exercício 2024 foi atualizado na data focal em 31/12/2024 conforme prevê o Art. 3º da Portaria Nº 464, de 19 de novembro de 2019, dados fornecidos pela Flow Consultoria Atuarial, empresa contratada pra realização da avaliação atuarial.

Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido no valor de - R\$ 38.896.274,13 fechou com resultado negativo no exercício de 2024 principalmente devido à evolução das provisões matemáticas previdenciárias atualizadas em 31/12/2024.

Anexo 15 da Lei nº 4.320/64 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

As provisões de 1/3 de férias e 13º salário estão sendo constituídas pelo Instituto. Restando no final do exercício um saldo de R\$ 33.627,58 na provisão de férias, sendo que o valor da provisão do 13º Salário foi revertido na data do seu pagamento 10/12/2024.

Entre as variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas resultou em déficit de -R\$ 42.208.995,32, representado, principalmente, pelo aumento das provisões matemáticas previdenciárias.

Anexo 18 da Lei nº 4.320/64 – Demonstração do Fluxo de Caixa

A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações e dos investimentos, considerando os pagamentos e recebimentos intraorçamentários.

O resultado final corresponde à diferença positiva de R\$ 564.755,12 entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Ijuí, 16 de janeiro de 2025.

Régis Alex Mattioni
Diretor Presidente

Paulo Roberto Meotti
Diretor Adm.-Financeiro

Adriana Karlinski
Contadora